

Práticas Cooperativas Como Processos Educativos

Walter Frantz¹

Resumo

As diferentes práticas de cooperação são questões, fundamentalmente, com base econômica, porém tornam-se questões políticas, sociais, educativas ou culturais exatamente na medida de sua importância econômica. O movimento cooperativo pode ser entendido, historicamente, como um lugar de comunicação a respeito de práticas de produção e distribuição de bens, como um lugar a partir do qual se podem construir novos caminhos na economia, novos laços sociais, nova cultura política, uma economia mais humana. Como tal, abre espaço para a educação, especialmente para processos de educação popular. Entretanto, pode-se aceitar a afirmação de que não se tenha podido, ainda, entender e “explorar” de todo o potencial de uma organização cooperativa, seja em termos culturais, educacionais, políticos e sociais, isto é, como um poder social, especialmente relativo ao desenvolvimento local. Desse modo, as práticas cooperativas acabam se constituindo em desafios à pesquisa, à reflexão, ao debate.

Palavras-chave: Movimento cooperativo. Organização cooperativa. Práticas cooperativas. Educação.

COOPERATIVE PRACTICES AS EDUCATIONAL PROCESSES

Abstract

The different cooperation practices are issues, fundamentally, based on economy. However, they turn into political, social, educational or cultural, exactly, on the extent of their economic importance. The cooperative movement can be understood historically as a place of communication regarding the practices of production and distribution of goods, as a place

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da Unijuí. wfrantz@unijuí.edu.br

from which it is possible to build new pathways in the economy, new social relationships, new political culture, a more humanised economy. As such, gives space for education, especially for processes of popular education. However, one can accept the claim that it has not been able yet to understand and "explore" the full potential of a cooperative organisation, whether in cultural, educational, political and social, that is, as a social power, especially on the local development. Thus, the cooperative practices end up in challenges to research, reflection and debate.

Keywords: Cooperative Movement. Cooperative Organisation. Cooperative Practices. Education.

Tenho como um dos meus objetos de pesquisa as organizações cooperativas, especialmente as diferentes iniciativas de cooperação no meio rural, isto é, as que integram as economias da agricultura familiar. As razões dessa opção têm motivação na minha história pessoal e na experiência de participação em gestão de organizações cooperativas.

No campo da experiência do movimento cooperativo, no decorrer dos anos, colhi mais dúvidas que respostas em relação às práticas cooperativas, constituindo-se em desafios ao estudo, à investigação e ao diálogo. Colhi incertezas, especialmente, em relação ao alcance social concreto das práticas cooperativas, na economia de mercado capitalista. Assim sendo, o que anima minhas atividades de investigação, especialmente, são as questões suscitadas pelo envolvimento com as organizações cooperativas, isto é, são as dúvidas quanto a seus efeitos sociais.

Foi nesse contexto de envolvimento prático que percebi a necessidade de um estudo mais sistemático e investigativo em relação às práticas de cooperação. O meu estudo das organizações cooperativas é animado pela hipótese geral de que não se tenha podido, ainda, entender e “explorar” de todo o potencial de promoção do desenvolvimento de uma organização cooperativa, seja em termos culturais, educacionais, políticos e sociais. Isso ocorre especialmente por que se reduz o movimento cooperativo, em geral e apenas, ao seu fundamento econômico, desconhecendo-se o seu potencial pedagógico e político. Essa hipótese estimula meus esforços em busca de entendimento dos sentidos e significados das práticas cooperativas hoje. É orientadora e motivadora para a continuação dos estudos e da reflexão sobre práticas cooperativas, ainda que vivamos, de certo modo, paradoxalmente, mediante as relações de mercado, cada vez mais processos de individualização (Bauman, 2008).

Afirma Minayo (1994, p. 17-18) que as questões da pesquisa social estão “relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente determinadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos”. A partir de 1999, após anos de dedicação a atividades administrativas, nos espaços de uma instituição de ensino superior e de uma organização cooperativa, re-

tornei às atividades acadêmicas específicas do ensino, da pesquisa e da extensão. Pela observação investigativa, especialmente, busco identificar e compreender os processos educativos e o seu sentido para a organização cooperativa. Além disso, mais especificamente, busco entender o sentido educativo e pedagógico da organização cooperativa no processo de transformações sociais. O que se pode entender por *sentido educativo e pedagógico*?

Segundo José Carlos Libâneo (1998, p. 22),

o pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sócio-políticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa. Nesse entendimento, o fenômeno educativo apresenta-se como expressão de interesses sociais em conflito na sociedade.

A partir dessa percepção, inclusive, eu diria que, no núcleo da gestão das práticas cooperativas, deve predominar uma postura autocrítica, aberta ao diálogo com todos os agentes da cooperação. Em meu entendimento a capacidade de autocrítica e de abertura ao diálogo, especialmente por parte dos dirigentes, constitui os primeiros pressupostos para que se possa afirmar um processo educativo nas práticas cooperativas.

Muitas vezes as práticas cooperativas são transformadas em meros instrumentos de mercado, ainda que isso seja importante, com a finalidade de reduzir custos. Sob esse aspecto as organizações cooperativas continuam a desafiar os seus pesquisadores: é preciso estudar e dimensionar os demais significados e potencialidades da organização cooperativa. Esse desafio se torna atual, principalmente, diante das inúmeras experiências de cooperação do campo da economia solidária (Singer; Souza, 2000) e diante do desafio de construir novos caminhos de economia mais inclusiva (Santos, 2002).

O debate sobre caminhos alternativos está posto, especialmente, após o fracasso dos grandes sistemas, principalmente, em termos econômicos e ambientais. Trata-se de um debate político que deve ser levado ao campo da ética e da educação, podendo as organizações cooperativas constituir espaços privilegiados para tanto.

Escreve Pedro Goergen (2005, p. XI):

No centro das preocupações do homem e da sociedade contemporâneos está o estabelecimento de normas justas, de limites que garantam o respeito à natureza e à dignidade humana e que induzam a um comportamento solidário. É a exigência da recuperação da perspectiva social ante a supremacia perigosa do hedonismo individualista, dos prazeres e das vantagens pessoais, ante o bem comum e a sociedade. Por instinto, o homem é individualista e egoísta; por educação, pode tornar-se social e solidário. Daí a relação entre ética e educação.

Além disso, com o presente texto deseja-se também buscar interlocuções com quem também se ocupa da problemática do movimento cooperativo, no sentido de constituir uma intersubjetividade de visões, uma certificação social de saberes específicos. Trata-se de uma inserção no contexto dos debates sobre os limites e as possibilidades da organização cooperativa, especialmente diante do desafio de construir novos paradigmas de orientação às relações culturais, sociais, políticas e econômicas que, certamente, implica profundas mudanças na concepção, organização e funcionamento da sociedade atual.

Afirma Marques (1998, p. 98) que

cumprida primeira tarefa de desenhar o seu tema, ou o eixo central, a espinha dorsal, de sua pesquisa, cabe agora ao pesquisador convocar uma específica comunidade de argumentação em que se efetive o unitário processo de interlocução e certificação social de saberes postos à discussão em cada tópico a ser desenvolvido.

Acredita-se que no diálogo com os diferentes saberes está um importante instrumento de pesquisa e um caminho de busca de respostas, ainda que provisórias. Na verdade, toda pesquisa tem seu desdobramento no e pelo seguimento da interlocução. Desse modo, as práticas de pesquisa social podem constituir também processos de educação política, na medida em que estimulam a abertura ao pensamento crítico e ao confronto de campos e posições teóricas a respeito da complexa realidade social.

O presente texto não é um relato final de um projeto específico de pesquisa, porém nasce das atividades de pesquisa. O texto traduz reflexões do campo da pesquisa, especialmente a partir da observação e da participação em gestão de práticas cooperativas ao longo de anos. No contexto mais amplo da pesquisa sobre práticas cooperativas, muitas foram as entrevistas abertas realizadas² junto a associados, lideranças cooperativas e sindicais rurais, com diferentes enfoques e objetivos, buscando dialogar sobre suas experiências de práticas de organização cooperativa. Isto é, foram ouvidos diferentes atores do movimento cooperativo na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

As vozes dos entrevistados

No núcleo da presente reflexão estão, especialmente, entrevistas abertas realizadas com famílias de pequenos agricultores da região de abrangência da área de ação da Cooperativa Agropecuária & Industrial (Cotrijuí).³ Foram ouvidas cinco famílias, todas voltadas à produção rural familiar.⁴ As entrevistas envolveram a todos os membros das famílias, com exceção de uma delas, em

² As entrevistas foram realizadas em diferentes etapas, entre os anos de 2000 e 2008. Todas foram gravadas e transcritas.

³ A pesquisa de campo abrange, no caso, a região dos municípios próximos à sede da cooperativa, localizada no município de Ijuí/RS.

⁴ Com exceção de uma família, nas demais foi possível reunir a todos os seus integrantes no momento da entrevista. Todos eram estimulados a se manifestar sobre as questões que fluíam da conversa sobre agricultura familiar.

razão da dificuldade de reunião conjunta.⁵ As entrevistas eram iniciadas com uma pergunta sobre agricultura familiar com o objetivo de poder caracterizá-la e identificar os seus principais desafios e problemas, no contexto do mercado, e de sua relação com o cooperativismo, na ótica dos entrevistados. Procurava-se problematizar o tema da agricultura familiar com questionamentos estimuladores da manifestação e do debate por parte das famílias entrevistadas. Qual a importância social e econômica da agricultura familiar hoje? Quais as chances de sua sobrevivência? Qual a função e o papel das organizações cooperativas? Onde estão os problemas? Com certeza essas perguntas permitem diferentes respostas e guardam diferentes olhares e concepções. São questões que revelam a complexidade da problemática que desafia, especialmente, os agricultores familiares hoje.

As diversas respostas permitem sintetizar que os entrevistados relacionam as suas atividades agrícolas com a economia familiar, isto é, com o sustento e a sobrevivência das famílias, com atividades diversificadas, tendo como núcleo o trabalho da família. Expressam a noção de agricultura familiar como um lugar de vida com diferentes dimensões, em que se sentem mais seguros, independentes e autossuficientes.

As manifestações deixaram à mostra um dos valores da cultura tradicional dos agricultores: a autonomia. De outro lado, porém, a pesquisa também revelou que a agricultura familiar está em processo de mudança de seu núcleo como lugar de vida para um lugar de investimento, atrelada aos ditames e lógica do mercado.

Além disso, as entrevistas revelaram que na concepção de agricultura familiar ainda está implícita a ideia de união e a prática de cooperação, inclusive entre as famílias, isto é, a busca de soluções para os problemas pela ajuda mútua e

⁵ As entrevistas foram gravadas e transcritas, em final de 2008. Os entrevistados assinaram termo de consentimento livre e esclarecido.

a associação na aquisição e manutenção de máquinas para o trabalho. A maioria, entretanto, trabalha de forma individual. As entrevistas revelam entendimentos diferentes e opiniões contraditórias com relação ao cooperativismo.

Tem que trabalhar em conjunto [...] unir com cinco ou seis e fazer uma pequena fábrica. Por que assim como está não dá mais [...] O certo seria cinco, seis famílias junto porque não vamos ter mais condições de manter uma ceifadeira [...] manter os implementos, trator e essas coisas. Sozinho não tem mais condições. Vamos ter que partir pra unir meia dúzia de colonos, aí trabalhar em conjunto.

Como é possível observar, a união e a relação cooperativa entre as famílias estão cada vez mais difíceis. Ainda que reconheçam a importância da relação cooperativa entre as famílias, afirma-se um espírito individualista e de oportunismo. Por isso, o enfrentamento das dificuldades de união, de acordo com manifestações de entrevistados, é muito difícil. Segundo as manifestações, *“cada um quer para o bolso dele”*. O individualismo parece atingir os antigos espaços comunitários: *“Aqui na nossa zona é muito difícil. O pessoal é muito desunido. Cada um pra si; juntos, não dá certo; brigam”*.

Um dos entrevistados identifica as raízes dessa desconstrução do espírito associativo nas próprias políticas de governo, de décadas passadas, voltadas à afirmação do projeto de modernização e de incentivo ao binômio trigo-soja, quando as facilidades de crédito eram muitas. Em sua opinião, essas práticas teriam favorecido o individualismo e o oportunismo. Diz ele, referindo-se ao passado:

Só que ali criou o individualismo [...] para você fazer uma safadeza, fazer um Proagro⁶ mal feito, para conseguir dinheiro, tinha que ser individual. Não ia fazer numa reunião [...] o agricultor começou a perceber que ele trabalhando, individualmente, fazendo as falcatruas dele individual, ele tinha maior lucro

⁶ Programa de Garantia da Atividade Agropecuária.

do que participar das grandes reuniões, nas assembléias. [...] o agricultor percebeu que trabalhando sozinho ele consegue melhor do que se juntar, fazer esses grupos, essas coisas todas [...]

A agricultura familiar, na região, já passou por diferentes fases em busca de sua afirmação econômica e de sua inserção no mercado. A história revela que se trata de uma atividade ditada pelo mercado e marcada por iniciativas de associação e cooperação ou movimentos de protesto.

Passamos por diversas etapas: tivemos uma época que se trabalhava muito com alfafa para sustentar a cavalaria do exército. [...] quando a alfafa começou a cair, que não se tinha mais consumo [...] passamos para a linhaça, o milho, o feijão preto [...] o drama do feijão preto [...] que colhemos e não teve onde colocar. Foi se perdendo, se jogou fora [...] Ali começou mais se incrementar o trigo, o suíno [...] inclusive, criamos nossa cooperativa [...] de suíno que nem chegou a viver. Essa cooperativa morreu. [...] aí se continuou com o chamado trigo [...]

O envolvimento com questões coletivas e associativas, segundo os entrevistados, amplia o horizonte de visão e de entendimento da realidade que os cerca. Quem não se envolve, fecha-se sobre si mesmo e seus problemas: *“Meu pai nunca foi sócio de cooperativa a não ser da cooperativa de eletrificação rural [...] ele não é sócio de nada [...] vive só reclamando de tudo, mas daí ele não consegue ver além disso”*. Isto é, envolve-se em seu mundo individual.

Apesar das dificuldades, no entanto, as manifestações dos entrevistados permitem pensar na hipótese de que a experiência do envolvimento na luta, por meio de processos associativos e cooperativos, educa para a capacidade de aceitar desafios, de se manter ativo no movimento pela construção de novas soluções ou alternativas. Permite pensar na hipótese de que o envolvimento associativo e cooperativo se pode traduzir em processo educativo. As manifestações dos entrevistados parecem confirmar a validade das hipóteses: *“Eu sempre fui assim, pensei o seguinte: que nunca tu debes abandonar as armas [...] e quais são as*

nossas armas? O cooperativismo, o associativismo, o sindicato. São nossas armas de luta [...] para poder, inclusive, dizer para sociedade da maneira que se vive”.

Enfim, as entrevistas revelaram que, ainda que nem sempre de forma uníssona, a agricultura familiar, na região, enfrenta dificuldades, problemas e desafios: no campo social, econômico, político e técnico. O associativismo e o cooperativismo, historicamente, têm sido escolhidos como caminhos para o encaminhamento das suas respectivas soluções. As entrevistas revelaram que, de modo geral, todos os entrevistados têm um entendimento favorável ao cooperativismo. Relacionaram isso à função de intermediação nas relações econômicas de mercado, especialmente.

Eu sempre fui cooperativista [...] é uma das saídas porque o comerciante vem para ganhar dinheiro e a cooperativa vem para nivelar os preços, não mais baixo nem muito alto, mas ela nivela o preço do mercado, mantém um mercado nivelado, porque sem ela seria pior ainda, nas mãos dos comerciantes.

Eu fui um que ainda alcançou aquela época que só tinha comércio. Não tinha cooperativa e a gente, naquela época, não era valorizado. [...] Então, no momento que surgiu a cooperativa, o comércio também teve que agir diferente. [...] Tem problemas, mas ainda é um sistema que veio viabilizar mais a agricultura.

O exercício das práticas cooperativas não trouxe apenas resultados econômicos. Teve também o seu reflexo na formação da mentalidade do próprio agricultor, segundo os entrevistados. Nesse sentido, pode-se afirmar que teve efeitos de educação, influenciando a cultura comportamental, contribuindo para novas relações entre os agricultores e as organizações econômicas. Não foram apenas as relações entre os agricultores que tiveram a influência das práticas cooperativas. As próprias práticas de gestão da organização empresarial da cooperação foram influenciadas. Pelo que as manifestações dos agricultores entrevistados permitem concluir, o cooperativismo exerceu forte influência na economia e na cultura da região.

A mentalidade do próprio agricultor, na época que tinha só o comércio funcionando, era muito mais individualista; pensava só em si; e com o surgimento do cooperativismo a pessoa também mudou, mudou a cabeça de se ajudar mais um com outro, passa informação para o outro fazer, assim tipo um conjunto [...] mudou a mentalidade do pessoal.

A gente sempre discute bastante nas reuniões; vem o presidente, vem o vice-presidente ou diretor; sempre tem alguém da área técnica e eles estão querendo sempre ajudar [...] nós pelo menos temos voz ativa. [...] tem a comissão do leite, do suíno, dos grãos. Eles também ajudam e nós (os representantes) somos então a gente que leva a representação do pessoal, vê o que o povo comenta, está mal ali, está mal lá, poderia melhorar mais aqui. A gente leva essas preocupações e na medida do possível sempre são resolvidos.

A organização cooperativa, historicamente, permitiu a construção de poder nas relações econômicas de mercado, influenciando as tradicionais práticas de comércio na região. As práticas cooperativas passaram a influenciar e a ocupar um lugar importante no jogo de poder que estabelece as “normas e regras” de comércio local: “*o comércio começou pensar diferente. Então, hoje, o comércio já também está pensando parecido com a cooperativa*”. O efeito da alteração desse jogo de poder trouxe mais segurança aos agricultores: “*a gente na cooperativa tem muita segurança*”. As entrevistas revelaram um bom índice de confiabilidade nas organizações cooperativas.

Hoje tem comércio que até oferece mais [...] mas a cooperativa não tem problema porque a gente na cooperativa tem muita segurança; qualquer coisa que a gente precisa na cooperativa se a gente tem uma sobrinha de dinheiro a gente deixa lá [...] está lá tá guardado, na hora em que a gente precisa chega lá, não tem problema nenhum.

Nas entrevistas ainda foi possível constatar que as famílias que produzem hortigranjeiros, isto é, que atuam em espaços econômicos tradicionais como os da produção de soja e leite, também apresentam um alto grau de satisfação com as práticas de organização cooperativa, no caso da Cotrijuí: “*está dando uma mão muito grande pra nós. Hortigranjeiro nós entregamos lá. O valor deles que eles passam para a gente também é um valor bom*”.

Nem todos, contudo, pensam da mesma maneira. Expressam críticas e decepções com relação às práticas associativas e cooperativas, embora não haja uma negação com relação ao cooperativismo: “*em vez de ajudar o colono, explora. É um problema [...] os colonos na maioria pensam isso*”.

A cooperativa é uma coisa que parece que quer ajudar a gente, mas não tem jeito de melhorar [...] cada vez pior [...] sei lá como tem que resolver [...] a gente coloca o produto lá [...] eles botam o preço [...] nunca a gente pode dizer: eu quero tanto [...] eles botam preço do produto da gente.

As críticas também são fortes de parte de quem se identifica, historicamente, com o movimento cooperativo. Nos espaços sociais e econômicos atuais floresce a cultura das vantagens individuais. A lógica da economia concorrencial é hegemônica. As dificuldades de práticas cooperativas, em um contexto concorrencial e competitivo, parecem sempre maiores, abalando o ânimo de quem buscou construir soluções pelos princípios da cooperação.

Eu estou vendo um cooperativismo falho porque para mim o cooperativismo é feito com pessoas, com direitos e deveres iguais, mas as nossas cooperativas não estão operando assim com direitos e deveres iguais. [...] no leite, aquele que mais produz é aquele mais bem remunerado e aquele que menos produz, que tem menos condições de produzir, é o que menos recebe pelo produto dele. Isso quer dizer: o pequeno subsidia o grande produtor, através das cooperativas, que, hoje, de cooperativas têm bem pouca coisa. São grandes firmas, grandes que buscam dinheiro, querem riqueza, querem fortuna [...] eu trabalhei muito, lutei muito pelo cooperativismo. Fui um que achava que a saída do agricultor era ali, conjugação de trabalho, de esforço, mas estou vendo que não. Acho que falhei nesse ponto aí. Ou as cooperativas mudam a maneira de tratar o associado, que de fato seja a pessoa que tenha valor e não aquilo que ela tem, ou nós vamos continuar sem saída; não vejo francamente.

Os agricultores, no entanto, também se sentem explorados pelo comércio. Aliás, essa foi, historicamente, a razão que os levou à organização de cooperativas: “*tudo que firmazinha que abre aí é para tirar mais uma lasca do colono, mais um pouquinho do seu suor*”.

Perguntados com relação às novas iniciativas de organização cooperativa no espaço da produção do leite, por meio de cooperativas menores, transparece um clima de dúvida e incerteza, embora não se descarte essas novas organizações. Também com relação à reorganização do setor de industrialização e comercialização do leite, mediante a reativação da central cooperativa, caso da Cooperativa Central Gaúcha Ltda. (CCGL) as dúvidas persistem:

Eu acho que não vai mudar muito. Vai continuar a mesma coisa. Aqueles que produzem pouco ganham menos. Com cooperativa, sem cooperativa, isso não interessa àqueles que produzem mais. Obviamente vão ganhar mais. Isso vai prejudicar sempre os que produzem menos. Então, a cooperativa não vai mudar muito. Só se formar pequenos grupos para fornecer para grande cooperativa. [...] senão acho que vai continuar porque é assim: tem meses que te pagam mais tem mês que te pagam menos e eles não dizem tal mês vou te pagar menos. Chega na hora da nota eles te dão aquele preço que eles mesmos estipularam. Sei lá o que fizeram e daí vai continuar sempre assim.

Com relação às pequenas cooperativas, os entrevistados apontam vantagens pela possibilidade de formar ganhos de escala, normalmente um problema inerente às unidades econômicas da agricultura familiar. Além do poder barganha, entretanto, também foi apontada a importância de poder influenciar as ações das próprias cooperativas, especialmente as maiores, porém mais uma vez aparece também a preocupação com as dificuldades de organização cooperativa das economias individuais dos agricultores.

Essas pequenas cooperativas são uma alternativa acho que boa porque ficar só na mão das grandes cooperativas também não é bom. Elas se tornam quase uma multinacional [...] então o surgimento de outras cooperativas menores é importante porque eles também vão ter que trabalhar mais certo porque se não vão perder o espaço [...].

Aí vai juntar mais produtores que formam uma quantidade grande de leite; dá para barganhar [...] acho que é a solução para os pequenos, mas também para organizar eles é difícil [...]. Acho que eles não confiam muito uns nos outros, sei lá, ou de repente falta boa vontade. Eu acredito que seja difícil [...] a gente não sabe a cabeça de cada um.

A união faz a força. A saída seria por aí, mas eu fiquei tão decepcionado comigo mesmo, com nossos agricultores porque nós aqui temos um exemplo: tenho documentação em mão de um projeto que nós tínhamos organizado com três anos de luta aqui, com o apoio da nossa Unijuí. Inclusive, fiz aquele curso de capacitação para o trabalho com a Unijuí. Começamos em 137 agricultores. Acabamos em três. [...] vejo uma dificuldade enorme nisso de organizar o pequeno agricultor.

As informações obtidas nas entrevistas permitem afirmar que, de modo geral, os entrevistados reconhecem a importância do associativismo e da organização cooperativa. Veem no associativismo, no sindicalismo e no cooperativismo suas armas de luta. Nas entrevistas transparece uma visão favorável ao cooperativismo. Veem na organização cooperativa segurança e poder no contexto das relações comerciais, embora alguns entrevistados expressem também decepção e insatisfação, dúvidas e críticas à atuação das cooperativas.

Leituras amplas que decorrem das diferentes entrevistas

Dentre os principais problemas ou dificuldades levantados com relação às práticas cooperativas aparecem: exercício de poder por parte dos associados com relação à política de preços; preços diferenciados, de acordo com o volume de produção, no caso da atividade leiteira; foco no produto e não nas pessoas; individualismo e oportunismo de associados; dificuldade de união e organização dos associados; herança de problemas administrativos do passado; concorrência de empresas que prestam os mesmos serviços ao agricultor; pouca assistência e orientação técnica ao associado, especialmente no caso da produção de leite.

Enfim, as diferentes entrevistas apontaram que associados e dirigentes têm consciência que as dificuldades que as cooperativas enfrentam são também de ordem cultural e política, não apenas de ordem material e tecnológica; entretanto essas dificuldades não renegam o reconhecimento da importância da organização cooperativa como caminho de sobrevivência da agricultura familiar. Acreditam na organização cooperativa voltada à economia do associado, embora

façam ressalvas de que algumas cooperativas fugiram da agricultura familiar, no entanto sua crença na organização cooperativa expressa alguns condicionantes: a concretização de políticas públicas de valorização da agricultura familiar, a reversão do êxodo rural que ameaça o processo sucessório na agricultura familiar, a participação política efetiva dos associados na cooperativa, a orientação das ações da cooperativa para as necessidades e interesses dos associados, a formação política associativa e a qualificação técnica dos associados, a existência de liderança administrativa com capacidade de diálogo e comunicação, entre outros.

As entrevistas de campo com associados de cooperativas permitem concluir que o movimento cooperativo – como força social – pode adquirir centralidade na economia da população, especialmente no desenvolvimento local. O cooperativismo pode se afirmar como um lugar de comunicação a respeito de práticas de produção e distribuição de bens, a partir do qual passe a ser possível construir novos caminhos na economia, novos laços sociais, nova cultura na política. Por intermédio do cooperativismo pode-se buscar, cada vez mais, a afirmação da natureza plural da economia: uma economia não apenas atrelada à lógica do capital, mas às necessidades e interesses dos seres humanos. É sob essa ótica, inclusive, que as práticas econômicas alternativas passam a ser objeto de debate em espaços sociais como o Fórum Social Mundial (Cattani, 2001) ou de movimentos sociais voltados à economia popular solidária (Singer; Souza, 2000).

As entrevistas com lideranças sindicais e cooperativistas permitem concluir que no *espaço* do cenário de dificuldades e desafios contemporâneos, do fracasso social dos grandes sistemas, renasce a questão do cooperativismo como uma prática social de grande dimensão econômica, política e cultural, tendo como denominador comum o sentido do humano. Isto é, um instrumento prático que devolva aos indivíduos o espaço da participação, da decisão solidária e responsável no encaminhamento da produção e distribuição das riquezas, constituindo um espaço pedagógico transformador.

As atividades de investigação possibilitam também concluir que as organizações cooperativas podem ser reconhecidas, especialmente, como expressão das ações locais de desenvolvimento. Mais que o desenvolvimento local, porém, a organização cooperativa parece ainda carregar dentro dela a força política para recolocar o ser humano e não o capital no centro da dinâmica da economia local.

Não se pode desconhecer, todavia, a função do capital na organização cooperativa e no processo de desenvolvimento, mas é preciso reconhecer a necessidade da primazia da centralidade humana (Maréchal, 2000). Este é um dos princípios filosóficos e políticos básicos do movimento cooperativo. Essa potencialidade, entretanto, depende também muito do poder político dos sujeitos envolvidos, da qual pode nascer um movimento social em favor de mudanças e transformações. Essa visão implica o reconhecimento da supremacia da política sobre a economia. A crise financeira global, atual, parece apontar nessa direção.

A meu ver, a partir dessa visão podem nascer possibilidades de um novo cooperativismo, fortalecido pela avaliação crítica de suas práticas. Na reflexão, na análise crítica, na avaliação do sentido da cooperação, está um dos elementos de garantia de estabilidade organizacional e institucional, de validade social do cooperativismo. Quando, porém, falha a reflexão, a crítica, a avaliação, corre perigo a estabilidade e a validade das instituições, especialmente no caso de cooperativas. Corre perigo o projeto cooperativo como um espaço de organização democrática, de participação, de qualificação política e técnica de seus integrantes. Um dos fundamentos do cooperativismo é a democracia. A democracia não é um fim em si mesmo, mas constitui um caminho de relações políticas sem o qual o projeto cooperativo se fragiliza. A reconstrução da supremacia da política sobre a economia, mediante a democracia, parece ser condição fundamental a um projeto cooperativo.

Na prática do cooperativismo este foi, muitas vezes, tão adverso aos interesses e necessidades de seus associados, como a própria realidade competitiva do mercado capitalista. Isso sempre ocorreu, historicamente, quando a racionalidade da cooperação foi instrumentalizada e submetida à lógica do capital.

As entrevistas com associados, com dirigentes de cooperativas, com lideranças sindicais, permitem afirmar que, hoje, o cooperativismo parece se renovar como capacidade de reação e organização da sociedade civil, diante dos desafios que as transformações sociais e econômicas impõem. O cooperativismo se afirma como espaço de organização e instrumento de atuação de diferentes grupos sociais, com sentido e objetivos econômicos específicos, especialmente, por intermédio de iniciativas de economia solidária. Talvez seja reflexo da compreensão do novo papel que a sociedade civil pode exercer, hoje, no contexto das contradições e transformações. O Fórum Social Mundial parece indicar nessa direção (Grzybowski, 2009).

A organização cooperativa, ao tirar o indivíduo de seu mundo particular, relacionando-o com os outros pelos laços sociais da cooperação, tende a contribuir com a construção de espaços coletivos, despertando a responsabilidade social e a solidariedade. A organização cooperativa tem o sentido da construção do coletivo que lhe advém da natureza associativa.

As entrevistas revelam que as organizações cooperativas podem representar importantes espaços sociais e nos quais as pessoas podem desenvolver sentimentos, ideias, valores, comportamentos, conhecimentos, aprendizagens, estruturas de poder de atuação, por meio dos quais se comunicam e se influenciam. Isso decorre do fato de que a organização cooperativa abriga um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, das intenções e interesses das pessoas que cooperam.

Da dinâmica dessas relações podem nascer ações no espaço da economia, da política, constituindo-se, assim, as práticas cooperativas em processos educativos e em processos de construção de poder (Putnam, 1996). Ao se fundirem, esses dois processos podem constituir as bases de uma educação popular

(Paludo, 2001, p. 81), entendida como uma atividade compromissada com as necessidades e interesses dos associados e não apenas com a boa operação instrumental da cooperativa no contexto do mercado. Paludo (2008) entende a educação popular como um projeto cultural e pedagógico alternativo, vinculado ao *empoderamento* de seus autores com vistas à transformação social.

A educação é um processo que se realiza, de forma complexa e múltipla, nas relações sociais que se constituem e se afirmam, nos mais diferentes espaços da vida humana: no trabalho, nos grupos sociais, nos movimentos sociais, na família, na escola, na igreja, no partido político, no sindicato e na cooperativa (Brandão, 1995). É um fenômeno que congrega aspectos técnicos, políticos e culturais. As características cognitivas das práticas técnicas, econômicas ou políticas, inerentes à complexidade do fenômeno social da cooperação, contribuem para o processo educativo em organizações cooperativas. Afirma Soethe (1996, p. 4) que “a dinâmica do campo pedagógico permeia todas as dimensões da existência humana, isto é, das ações e das práticas”.

A organização cooperativa, além do seu sentido econômico, constitui-se, assim, em uma escola, onde se gera conhecimento, produz-se aprendizagem a respeito da vida na realidade social, certamente com profundo reflexo no processo de educação mais amplo da sociedade, deitando nela raízes de muitos de seus valores e comportamentos sociais. Dessa forma pode vir a contribuir com o desenvolvimento local.

Assim sendo, a organização cooperativa, ao mesmo tempo, pode ser um lugar de economia e um lugar de produção de conhecimento, de aprendizagem, de educação. O conhecimento, a aprendizagem, a educação, podem se dar nas práticas políticas de comunicação e negociação, na busca das informações, nas práticas da comercialização dos produtos.

No meu entendimento, as atividades de pesquisa permitem afirmar que, nas práticas cooperativas, podem-se desenvolver sentidos não apenas instrumentais, em termos de economia, mas que tenham significados culturais ou políticos. Na comunicação do trabalho cooperativo, pela pedagogia da “ação-reflexão”

(Freire, 1975), parece estar a possibilidade de uma *inteligência coletiva* (Lévy, 1999) e criativa com reflexos, certamente, no desenvolvimento local. As respostas obtidas revelam que o movimento cooperativo pode ser uma reação local com significado político pela constituição de novos atores sociais.

As organizações cooperativas do meio rural sempre foram desafiadas por operações técnicas de produção, armazenagem, industrialização e comercialização, isto é, por questões vinculadas à economia dos seus associados, porém também sempre existiram os desafios de ordem política, de natureza cultural e social, constituindo processos pedagógicos, embora nem sempre reconhecidos ou valorizados.

Há, no entanto, que se reconhecer também que se corre o risco de ver o cooperativismo reduzido a instrumento da razão técnica, isto é, a instrumento do capital e não do trabalho. Wallerstein (2006, p. 37-39) chama a atenção para o risco e as práticas de cooptação dos movimentos antissistêmicos, mediante concessões de vantagens às lideranças desses movimentos.

Enfim, acredito que, diante das potencialidades da organização cooperativa, nasce o desafio da instituição de um processo de educação popular com a perspectiva da construção de espaços cooperativos, voltados à reorientação das relações sociais e à possibilidade da construção de caminhos alternativos nos espaços da cultura, da política e da economia.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CATTANI, Antonio David (Org.). *Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor*. Porto Alegre; Petrópolis: UFRGS; Vozes, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

GOERGEN, Pedro. *Pós-modernidade, ética e educação*. 2 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

GRZYBOWSKI, Cândido. Fórum Social Mundial na Amazônia, um sopro de renovação planetária. In: *Democracia Viva*, Rio de Janeiro: Ibase, 41, p. 78-81, 2009.

LÉVY, P. *A inteligência coletiva*. Por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 1998.

MARÉCHAL, Jean-Paul. *Humanizar a economia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

MARQUES, Mario Osorio. *Escrever é preciso*. O princípio da pesquisa. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otavio; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PALUDO, Conceição. *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial; Camp, 2001.

PALUDO, Conceição. Educação e movimentos sociais. In: RABELO, Amaro Korb (Org.) e outros. *Vivência e práticas pedagógicas: sistematizando a turma Antonio Gramsci: pedagogia da terra 2004-2008*. Cascavel: Universidade Estado Paraná, 2008. p. 159-172.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOETHE, José Renato. Dialética e C&T: subjetividade e pedagogia. In: *Cadernos Cedope, Série Movimentos Sociais e Cultura*, São Leopoldo: Unisinos, ano 8, n. 13, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

Recebido em: 14/05/2010

Aceito em: 6/12/2010